

TRANSGRESSÃO, CORPOREIDADE E SEXUALIDADES DISSIDENTES: DO SILENCIAMENTO AO PROTAGONISMO LGBTQI+ NO ESPAÇO ESCOLAR

PIMENTEL¹, Lisandra A. R.

Resumo: O objetivo deste artigo é trazer à discussão a importância da representação de corpos e sexualidades dissidentes no espaço escolar na perspectiva da efetiva ocupação de espaços pela diversidade, pontuando o processo silenciador de existências “ex-cêntricas” reforçado pelas formações discursivas pedagógicas. Para a composição deste constructo teórico-reflexivo, realizou-se uma breve revisão literária, mormente do estado da arte acerca de gênero e sexualidades na educação, estruturada por uma pesquisa bibliográfica de cunho descritivo-exploratório e de natureza qualitativa. Resultados: são muitas as questões que envolvem a temática referida - heteronormatividade, dissidências, corporeidade, representatividade, etc. - e que, mesmo em estado de latência, acabam, muitas vezes, ignoradas, silenciadas e/ou rechaçadas na escola. Conclusão: pedagogias transgressoras se fazem emergentes para que seja deflagrada a desconstrução paulatina da heteronormatividade e para que outros corpos e sexualidades em dissidência galguem representatividade e protagonismo.

PALAVRAS-CHAVE: Transgressão. Corporeidade. Sexualidades Dissidentes. Silenciamento. Protagonismo LGBTQI+.

1 INTRODUÇÃO

É bem verdade que as questões relativas a Gênero e Sexualidade no ambiente escolar - apesar de latentes - têm sido, histórica e usualmente, relegadas ao silenciamento ou restritas a uma Educação Sexual engessada nos discursos biológico e biopolítico (ARAÚJO; CRUZ; DANTAS, 2018), quer pela perspectiva da reprodução e da prevenção de doenças/infecções, quer pelo controle dos corpos e/ou regulação das sexualidades, sobretudo as desviantes. Ademais, discursos e ações acerca dessa temática partem, em sua maioria, de sujeitos vítimas de violências várias ou de empáticos, o que acaba por colocar o espaço escolar numa posição ora de convivência e negligência frente às agressões - verbais, psicológicas e/ou físicas -, ora de manutenção/reforço de construções socioculturais sustentadas na premissa heteronormativa.

A escola, historicamente, tem sido um espaço de docilização de corpos e mentes, e muitos professores acabam reproduzindo e perpetuando práticas e discursos

¹ Pós-graduanda em Gênero e Sexualidade (UFBA); Mestranda em Estudos da Linguagem (UNEB); Especialista em Educação a Distância (UNEB); Especialista em Educação Especial -Deficiência Visual (UNEB); Especialista em Didática para o Ensino Superior (UNIBAIA); Graduada em Letras Vernáculas (UFBA); Bacharel em Comunicação Social - Relações Públicas (UNIFACS); Professora de Língua Portuguesa e Redação dos Colégios São Rafael e Parque - Salvador-Ba. E-mail: lispiment@hotmail.com.

cujo objetivo primaz é reforçar essa normatização pelas vias do disciplinamento, da moralização e do condicionamento ideológico. Sendo assim, num ambiente onde as diferenças e as transgressões são usualmente oprimidas, silenciadas e, muitas vezes, punidas, urgem prática(S) pedagógica(S) que visem à valorização da diversidade, a começar pela desconstrução de generalizações, de determinismos e de paradigmas, obviamente, obsoletas na educação. Nesse sentido, Louro (2012) explica:

(...) pedagogias transgressoras não residem em manuais de educação, mas na nossa prática cotidiana, nossas escolas, nossas abordagens e nosso repertório afetivo e intelectual para aprender, se desconstruir, se conectar e abrir novos caminhos que ampliem as possibilidades de ser e estar no mundo (LOURO, 2012 apud SOARES; FONTES, 2019, p. 23).

Dessa maneira, pensar a educação na perspectiva da libertação de mentes e corpos perpassa pela deflagração de rupturas, sobretudo das heteronormas, ou pela “valorização da expressão dos estudantes” (HOOKS, 2013 apud SOARES; FONTES, 2019, p. 26), até porque uma pedagogia engajada, segundo essa ativista social e feminista, promove capacitações, crescimentos, fortalecimentos e aprendizagens dos múltiplos sujeitos da educação.

O professor que reconhece que o estudante não perde a sua importância por ter, cada um, o seu jeito de ser, dá a oportunidade de ele demonstrar o que tem de melhor em si e ainda abre espaço para um leque de discussão e aprendizado, perpassando a ideia do ambiente escolar como um lugar de criação de “corpos dóceis” para a construção de um local onde os estudantes podem fazer-se ver e ouvir. É sobre esse existir, é sobre a existência dissidente de que o presente estudo trata e levanta reflexões sobre a necessidade de se discutir a desconstrução desses espaços de disciplinamento e de docilização para a sua reconstrução na perspectiva efetiva da diversidade de corpos.

2 CORPOS, CORPOREIDADE E DISSIDÊNCIAS: TRANSGRESSÕES À VISTA

Em se tratando de corpos, de corporeidade e atuações identitárias, a escola atua de forma veemente num papel heteronormativo-formador, e a maneira como os estudantes são examinados em suas atuações nesse espaço - se em concordância ou em dissidência - influencia sobre a percepção que terão de si mesmos. Pensar numa política educacional em que debater gênero parte da concepção de que gênero, sexualidade e

identidade são criações que fazem referências a alguma ideologia é proferir discurso equivocado, visto que a opressão, em qualquer uma de suas formas, traduz a existência de discriminação oculta. Sendo assim, é no espaço escolar que efetiva e essencialmente as diferenças devem ser abarcadas em toda a sua plenitude por meio de práticas que desconstruam toda uma história de opressão e silenciamento.

A corporeidade é uma expressão da existência do sujeito em um meio social, sendo assim uma construção histórica e cultural que se materializa por meio de corpos “normatizados” que marcam a sua presença no mundo. Dessa forma, pensar o corpo é pensar em sua representação e em sua representatividade de dada cultura, o que não pode nem deve ou não deveria (de)limitar construções imutáveis ou universais, dado o multiverso da diversidade.

[...] o corpo é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que cria sobre os corpos, os discursos que sobre ele produz e reproduz (LOURO; FELIPE; GOELLNER, 2013, p.30).

É factível pensar o corpo numa natureza transitória e metamorfósica, logo, passível de modificações várias, sobretudo se consideradas as mudanças constantes porque perpassam o mundo ao longo do tempo. Nesse cenário, a dissidência e as transgressões encontram terreno fértil, mormente no contexto cultural e artístico, avançando paulatinamente em outros espaços - social, político, econômico... - colocando o “estranho/exótico/ex-cêntrico” num jogo de embate frente à normatividade, reivindicando o seu lugar (de direito) na sociedade.

É interessante perceber o quanto os corpos dissidentes promovem um movimento de instabilidade e de transgressão a uma “ordem cultural” pretensamente hegemônica, como pode ser conferido no documentário “Balizam Encenam”, em que esses sujeitos vêm transitando “sem pedir licença” nem buscando qualquer tipo de aceitação dos demais. A estranheza e a excentricidade, antes passíveis de exclusão e isolamento, deixam de ser marcas de rejeição desses sujeitos para determinar um lugar e um tempo não mais ordenados por outros, mas orquestrados pela “ousadia” de ser quem desejar ser num movimento de afirmação, reconhecimento e aceitação de si, logo, de um empoderamento dissidente.

É importante compreender que, em se tratando de políticas transgressoras na educação, os corpos, os sujeitos em dissidência, são a maior transgressão às normas de controle e opressão. Trabalhar pedagogicamente no sentido de transgredir as opressões significa ouvir, ver, sentir e se conectar aos corpos dissidentes, se render. Na sala de aula, aprendemos que precisamos esquecer o corpo, deixa-lo do lado de fora do momento de aprender, decorar, memorizar dados e fórmulas (SOARES; FONTES, 2019, p.36).

No espaço escolar, essa presença, segundo Louro, Felipe e Goellner (2013, p. 51-2), “é profundamente perturbadora”, pois trata-se de um campo que, histórica e culturalmente, relegou-a à orientação psicológica a fim de enquadrá-la ou corrigi-la ou reconduzi-la para um “bom caminho”. Essa autora salienta que esses corpos são uma marca deste tempo e, por esta e outras razões, afirmam na sua estranheza que todos os corpos e/ou representações de gênero ou de sexo são formas “inventadas e marcadas pelas circunstâncias culturais em que vivemos”.

[...] Precisamos prestar atenção às estratégias públicas e privadas que são postas em ação, cotidianamente, para garantir a estabilidade da identidade “normal” e de todas as formas culturais a ela associadas; prestar atenção às estratégias que são mobilizadas para marcar as identidades “diferentes” e aquelas que buscam superar o medo e a atração que nos provocam as identidades “excêntricas” (LOURO; FELIPE; GOELLNER, 2013, p. 53).

Dessa forma, é na expressão das corporeidades dissidentes e de suas respectivas representatividades nos mais variados espaços de cultura que a diversidade pode promover a transgressão, a desconstrução, a desestabilização da “velha” normatividade; trata-se de um movimento necessário e emergente sem dúvida. Urgem a ruptura dos silenciamentos e a deflagração de protagonismos dissidentes, de sorte que os sujeitos, em toda a sua diversidade, possam existir sem que precise de autorizações ou aceitabilidade de quem quer que seja para ocupar os mais variados espaços.

Quando uma criança ou adolescente, na escola, vê-se abordada/o ou oprimida/o em seu ato de ser por vozes ou atitudes que violam o seu direito de existir - do *bullying* perpetrado por outros estudantes ao silenciamento docente -, engendra-se aí um contexto de violência pela via da domesticação de corpos e pela legitimação de preconceitos através de práticas excludentes de negação da diversidade, especialmente em se tratando de sexualidades e gêneros dissidentes.

E a heteronormatividade vai se sustentando pelo aparelhos ideológicos via dispositivos pedagógicos - currículo escolar, material didático, rotina, infraestrutura. É

muito comum ouvir discursos e ver atitudes homofóbicas entre estudantes, funcionários e até docentes dentro do ambiente escolar, ainda que seja à “meia boca” (na temência, talvez, de serem tachados de preconceituosos); e na não assunção e/ou reconhecimento de si enquanto sujeitos blindados por preconceitos, as violações vão sendo naturalizadas, até porque a reafirmação de um sujeito tem sido largamente orientada e normatizada veementemente pela negação do outro.

Os dispositivos pedagógicos da heteronormatividade muitas vezes são utilizados pela escola no sentido de perpetuar a noção de perigo e de pecado em relação ao sexo. Fecha-se, portanto, para normalizar a heterossexualidade ao tempo em que se vigiam as expressões de afeto e sexualidade não hegemônicas. Na escola, a heteronormatividade é um exercício pedagógico constante. Faz parte das relações entre as pessoas, das brincadeiras, está nas imagens dos livros didáticos, dentro dos conteúdos das disciplinas e interfere nos comportamentos e escolhas, tais como a participação mais efetiva de meninos no laboratório, em detrimento das meninas, e em outros espaços mais generificados, como a quadra de esportes. Nesse sentido, a escola cria separações que são definidas como femininas e masculinas. Qualquer estudante que infrinja tais normas, a depender de sua expressão e intensidade, passa a sofrer sanções por parte da comunidade escolar. (ARAÚJO; CRUZ; DANTAS, 2018, p. 48).

Mesmo em meio a sanções que insistem em negar e oprimir os gêneros e as sexualidades dissidentes, surgem movimentos em prol de (re)afirmação de existências e instauração do respeito à diversidade, e o protagonismo LGBTQI+, ainda que de forma paulatina, vem ganhando cada vez mais espaço - na sociedade, nos meios de comunicação de massa, no mercado de trabalho -, muito embora o ambiente escolar ainda seja um lugar de muita resistência.

Lamentavelmente, os silenciamentos no espaço escolar ainda são predominantes, mas é preciso perseverar que não mais seja preciso que mais uma estudante seja importunada e agredida nesse contexto para que sua orientação sexual e de outros seja respeitada, mais ainda, que esse protagonismo parta da comunidade escolar como um todo como uma prerrogativa pedagógica, não mais como uma emergência interpessoal.

Muitas são as mudanças deflagradas ao longo das últimas décadas do século XX e primeiras do século XXI, sobretudo no que se refere às questões de gênero e sexualidade e, embora a sociedade já esteja vivendo um período em que as discussões sobre sexualidade têm se tornado cada vez mais frequentes, ainda é grande o preconceito. Sabe-se que nas últimas décadas do século XX, a AIDS ganhou dimensões

assombrosas e que, imbuída de preconceitos e de hipocrisia, a sociedade heteronormativa de modo condenatório vinculou essa patologia à população homossexual, desencadeando histerias e intolerâncias ainda mais ferozes.

Por mais que soe estranho discursos que pontuam a assunção de hipocrisias - negar a existência das sexualidades para além da heteronormatividade -, isso não só está presente na atual conjuntura social como também sustenta justificativas normativas que promovem cada vez mais exclusão e opressão. O sentido clandestino como era tratada a homossexualidade nas décadas de 80 e 90 condenou a população LGBTIQ+ a uma existência para além da margem da sociedade, delineando uma série de negações: de identidade, de acesso, de direitos. Essa negação, por sua vez, acabou por estruturar um “não lugar” que vem atravessando as décadas, e a resistência em existir dota essas pessoas de um poder maior: o de surgir pelas mesmas vias de quaisquer sexualidades.

A heteronormatividade, conforme afirma Miskolci (2012), corresponde a uma ordem político-social em que todos organizem suas vidas em conformidade como o padrão ‘supostamente coerente’ e pretensamente universal da heterossexualidade.

A heteronormatividade é a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero (MISKOLCI, 2012, p. 44).

Nos mais variados espaços, a homossexualidade é tratada como estorvo, como elemento estranho, como espectro da anormalidade; na escola, temáticas relativas à sexualidade são relegadas à superficialidade ou a um tratamento moralizador e fundamentado numa masculinidade tóxica. Se o ambiente escolar deveria ser aprazível à diversidade, às diferenças, é justamente nele em que muitas intolerâncias são manifestadas, tanto da parte de alunos quanto da parte de muitos profissionais da educação. Para Miskolci (2012, p. 63), “ao invés de ensinar e reproduzir a experiência da abjeção, o processo de aprendizado pode ser de ressignificação do estranho, do anormal como veículo de mudança social”. É no contexto das relações sociais, sobretudo nas vivências entre o coletivo, que o sujeito constrói sua identidade, é pela comparação, negação, assunção, identificação e composição de si frente ao outro e ao mundo que ele exercita a alteridade.

Nas sociedades hodiernas, muitas e constantes são as mudanças por que perpassam as práticas discursivas, mormente no que remete aos discursos pedagógicos, que visam viabilizar a formação e/ou a transformação de sujeitos, os quais, social, cultural e historicamente, constroem sentidos. Vive-se um cenário de demasiadas modificações nas estruturas de poder, de sorte que se tornam emergentes instituições - prisões, escolas, hospitais, fábricas - capazes de produzir corpos dóceis e úteis ao capital. E é por meio dessas entidades que perpassa o poder normatizador da subjetividade, cuja articulação se dá pela regulação, pela classificação e pela correção, com o propósito, segundo Goffman (1961), de qualificar e hierarquizar os indivíduos entre “normais” e “anormais”.

E as interdições articuladas por docentes, coordenadores e até funcionários de instituições de ensino acabaram tornando-se formações discursivas normalizadas e normatizadas, uma vez que acabam por reproduzir, de modo geral, o “pensar” de uma sociedade adversa à diversidade, por mais óbvia e latente que seja. Segundo Oliveira (2018, p. 164), os “Discursos religiosos, médicos e do direito ecoam por espaços variados e chegam aos ouvidos da bicha para informar o quanto ela está em desacordo com as normas e como está sujeita a ações coercitivas”.

Mudanças muito sensíveis têm sido promovidas no âmbito das sexualidades, especialmente no que tange à desconstrução do não lugar e à reconstrução de um lugar de fala e de poder dentro da sociedade, mesmo em meio a um manto denso de preconceito e de negações. Quanto à associação equivocada e desleal entre a população homossexual e a disseminação do vírus do HIV, os números relativos a essa patologia desmistificam a doença da perspectiva da orientação sexual, uma vez que o perfil óbvio do indivíduo soropositivo se sedimenta no sujeito sexualmente ativo e que não faz uso de quaisquer método de prevenção contra as DSTs/ISTs.

A homofobia invade os mais variados espaços, e o escolar não foge à essa realidade, assim, a manifestação de afeto nesse ambiente protagonizada por sujeitos de mesmo gênero acaba sendo alvo de intenso preconceito, mormente quando a heteronormatividade entra em cena para “pôr ordem” na casa. Mesmo em tempos de alta exposição, ainda são raras ou camufladas a livre demonstração de carinho entre as pessoas que subvertem a organização de um espaço que corrobora a negação de subjetividades para além de suas normas.

(...) a heteronormatividade é a ordem sexual do presente fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo, um modelo social regulador das formas como as pessoas se relacionam, um regime de visibilidade que se estabelece por meio de violências simbólicas e físicas, especialmente para quem rompe as normas de gênero (MISKOLCI, 2012, p. 45 apud ARAÚJO, CRUZ, DANTAS, 2018, p. 39).

É sabido que a diversidade - étnica, estética, cognitiva, sexual, de gênero, ideológica, religiosa - ainda não usufrui da aceitação que deveria nos espaços escolares, lamentavelmente, persiste um rol de preconceitos e violências que fazem da negação, do silenciamento e da opressão práticas recorrentes. Não é à toa que o *bullying* tem ganhado força e multiplicado seus “tentáculos” através das novas mídias, haja vista o *cyberbullying*, a homofobia, transfobia, dimensionando as mais “criativas” e diversas violências para além dos muros da escola ou do “mundo sensível”, ganhando cada vez mais espaço no mundo virtual.

Em tempos de redes sociais, a proteção de “segredos” ou a negação de afetividades precisam lançar mão justamente daquilo que, *a priori*, causava medo, angústia e repressão: a exposição. O que parece fortalecer os preconceitos e “validar” as violências contra as “subjetividades subversivas” é a discrição, o silenciamento; sendo assim, é imprescindível lançar luz sobre elas. Quanto mais uma informação, um sujeito, uma atitude, uma necessidade se fazem expostos, mais comum eles se tornam, assim, maior a probabilidade de aceitação; o desconhecido causa estranheza, rejeição. Os sujeitos precisam tornar conhecidas as suas demandas, a sua existência, seja ela qual for, e para tanto é preciso desconstruir padrões, relativizar normas, dar lugar ao diverso, ou melhor, ao multiverso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da latência inerente às questões de gênero e sexualidades aos desdobramentos das transgressões diárias encorpadas pela coragem e pelos riscos de sua emergência, vale pontuar que (ARAÚJO; CRUZ; DANTAS, 2018, p. 40), “as diferenças precisam ser compreendidas, trabalhadas, ensinadas nas escolas, pois a os ataques e assassinatos contra as pessoas LGBTT, por exemplo, ocorrem com muita frequência, tanto nas escolas como, principalmente, nas ruas das grandes capitais brasileiras”. Sendo assim, fundamental é que o tema transversal “Orientação Sexual”/Gênero e Sexualidade

desloque-se de um lugar de “desimportância” para um trabalho de destaque entre os componentes curriculares, seja por meio de projetos interdisciplinares periódicos, seja por meio de Oficinas que trabalhem a diversidade de maneira mais efetiva e contínua, e não por meio de um discurso de pseudoneutralidade.

Pode-se, enfim, pensar, na hodierna conjuntura social, pedagogias transgressoras emergentes, práticas que visem à deflagração de protagonismos dissidentes, à promoção de representações e representatividades de corporeidades subversivas, sobretudo pela desconstrução paulatina da heteronormatividade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Denise Bastos de; CRUZ, Izaura Santiago da; DANTAS, Maria da Conceição Carvalho. **Gênero e sexualidade na escola**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.
- GOFFMAN, Erwing. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Trad. D.M. Leite. São Paulo: Perspectiva, 1961.
- LOURO, Guacira Lopes. Os estudos queer e educação no Brasil: articulações, tensões, resistências. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, jul./dez. 2012, p. 363-366.
- LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**. Um debate contemporâneo na educação. 9ª ed. Petrópolis -RJ: Vozes, 2013.
- MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- OLIVEIRA, M.R.G. Trejeitos e trajetos dos gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação. Periódicus, Salvador, n. 9, v. 1, maio-out. 2018 – **Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**. Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA.
- SOARES, Mayana R.; FONTES, Ramon. **Pedagogias Transgressoras**. Salvador-Ba: Universidade Federal da Bahia, 2019.